

IDEOLOGIA E SEGREGAÇÃO SOCIO-ESPACIAL

Andrea Lise Suriano¹ – Prof. Dr. Paulo Romano Reschilian²

¹UNIVAP- Mestranda em Planejamento Urbano e Regional – Av. Shishima Hifumi, 2911
lise.andrea@yahoo.se

²UNIVAP- Docente e pesquisador - Mestrado em Planejamento Urbano e Regional – Av. Shishima Hifumi, 2911 pauloromano@univap.br

Resumo- O aumento populacional vivenciado pelas cidades brasileiras, especialmente na região sudeste, nas últimas quatro décadas, vem agravando vários problemas urbanos. Como consequência de um cenário de desigualdades, esses problemas urbanos acabam por refletir as questões sociais no espaço urbano. De forma intrínseca à sociedade capitalista, a presença da ideologia¹ contribui para o alcance da cooperação minimamente necessária para a manutenção da ordem social vigente, o que acarreta a produção de um espaço urbano desigual e segregacionista. Esse artigo tem como objetivo contribuir para o estudo dos efeitos da ideologia na produção social do espaço urbano, por meio da perspectiva da aquisição da casa própria, numa cidade de médio porte, São José dos Campos, tomando como base a produção habitacional pública, da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo).

Palavra Chave: Ideologia, espaço urbano, habitação, CDHU

Area de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

Localizado na parte Leste do Estado de São Paulo, situado entre duas metrópoles, Rio de Janeiro e São Paulo, o município de São José dos Campos teve um crescimento urbano e populacional derivado do processo de industrialização e dos investimentos estratégicos pautados pelo Estado. Principalmente a partir da década de 1950, com a inauguração da rodovia Presidente Dutra (ligando Rio a São Paulo), a fundação do CTA (Centro Técnico Aeroespacial) e a do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), esse processo de industrialização e urbanização foi acelerado.

Tendo como diretrizes de política de desenvolvimento, na década de 1970, o I e II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, implantaram-se em São José dos Campos, indústrias e setores estratégicos no qual a EMBRAER foi um de seus maiores expoentes.

É importante salientar que o aumento da oferta de empregos, fez com que ocorresse uma forte migração de outras cidades para São José dos Campos. Mas a cidade não estava preparada para receber esse súbito aumento populacional e isso refletiu nas formas que essa população encontrou de

habitar: auto-construções em loteamentos irregulares ou clandestinos, favelas, cortiços, etc.

Desde o final da década de 1960 até 1997, a Prefeitura Municipal de São José adotou várias políticas habitacionais, porém pouco efetivas.

Em 1997, o governo do prefeito Emanuel Fernandes criou o Projeto Favela Zero e contou com a parceria da CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – para construir habitações populares para essa parcela da população que estava sendo removida das favelas. Essa atitude gerou muitas críticas ao governo no sentido de que essa política era apenas um subterfúgio para deixar a parte central da cidade, – onde reside a camada mais abastada da sociedade, livre de favelas.

Analisando a localização da implantação das habitações no território do município, pode-se perceber facilmente a organização do espaço em zonas de segregação socio-espacial-econômica, resultante de interesses ideológicos, políticos e econômicos.

¹O conceito de ideologia aqui utilizado encontra-se em Chauí, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

A urbanização acelerada, a distribuição desigual de renda, o acesso reduzido aos serviços públicos e as condições precárias de moradia tem levado à uma segregação socio-espacial.

Mas quem produz essas condições acaba por ser responsável pela reprodução dessas relações sociais no espaço urbano: a ideologia capitalista, em suas diversas formas e alcances, a partir do domínio de uma elite e também da participação do Estado (por meio de um sistema de ações). Essa ideologia difundida, abrange tanto mais quanto forem abrangentes seus meios de divulgação.

A população de baixa renda insere-se na sociedade por meio do acesso aos locais de trabalho, serviços e consumo. Nos locais de moradia, trabalho e consumo das populações de rendas mais altas, essa população está presente, geralmente como prestadores de serviços não especializados, nas funções de garçons, empregados domésticos, balconistas, frentistas, empacotadores, etc.

Quando se trata de áreas para a moradia, percebe-se a segregação geográfica das elites em áreas de maior concentração de infra-estruturas. E é essa estruturação do espaço urbano, que podemos designar como fruto da ideologia da elite dominante e que acaba por gerar segregação socio-espacial. Considerando tais fatores, com esse trabalho se propõe a apresentar um estudo de como a ideologia da expansão capitalista é responsável pela alteração do espaço urbano e também pela segregação socio-espacial da população de baixa renda, por meio de programas habitacionais.

Cabe, inicialmente conceituar ideologia e como formou-se a ideologia da casa própria. Uma breve explanação sobre a CDHU, sua história e trajetória faz-se necessário para entendermos como a produção do espaço urbano sofre influências dos sujeitos que conduzem as políticas habitacionais na cidade. E por último, como todos esses fatores (ideologia, política de habitação e produção do espaço urbano) acabam por induzir a uma segregação socio-espacial.

Ideologia

Marilena Chauí, em seu livro *Ideologia*, apresenta ideologia como “...um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política.” (CHAUI, 2008)

A ideologia é um fato social, pois, é produzida pelas relações sociais e “consiste

precisamente na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das ideias)”. (CHAUI, 2008).

Para que esse processo ocorra, é necessário que essas ideias sejam distribuídas a todos, por meio do aparato ideológico, organizado de maneira a divulgar tais ideias como comuns a todos, independente de pertencerem a classes diferentes. A proliferação de televisores (e consequentemente dos canais de televisão) nas diversas camadas sociais, fez surgir uma “cultura de massas” por meio da qual uma ideia é divulgada a um número muito expressivo de espectadores.

O poder alienante que é exercido sobre essa massa, acaba por criar uma ilusão de participação nos processos que definem a sociedade. Dessa maneira, os desejos da classe dominante passam a ser considerados importantes e verdadeiros. O consumo de produtos ligados à essa classe dominante passa a ser considerado como uma maneira de emergir socialmente. E isso não é por acaso.

Tomemos o exemplo do modo de vida urbano. Para que o sistema capitalista se desenvolvesse e se consolidasse, era necessário que existissem consumidores para esses produtos industrializados. Esse sujeito consumidor só existiria se vivesse na cidade, longe do campo e da sua auto-suficiência. Dessa maneira, parece lógico a necessidade de construir o “sujeito urbano” para consolidar a ideologia do capitalismo. O modo de vida urbano é então, um construto ideológico. A cidade é o espaço físico, construído. O urbano é o espaço cultural do assentamento humano; é o modo de vida na cidade, construído a partir da ideologia do capitalismo.

Cada vez mais exposta, pelos meios de comunicação, à cultura do consumo, os trabalhadores de mais baixa renda almejam o modo de vida urbano e tudo que lhe é pertinente: computador, celular de última geração, carros, roupas inspiradas em celebridades, televisores, etc. Todos esses itens estão disponíveis para compra à crédito em inúmeras pequenas parcelas, o que faz com que se creia que estejam realmente ao alcance de todos.

Com a casa própria a situação é outra, como veremos a seguir.

A Ideologia da Casa Própria

O exodo rural e a migração para os centros urbanos, na busca de trabalho para a sobrevivência, promoveu a produção de assentamentos precários de inúmeros trabalhadores que acabaram por residir em cortiços, mais recentemente, em favelas.

A integração social almejada só será alcançada integralmente com a aquisição da casa própria. Além disso, a casa própria é vista como uma garantia de futuro e estabilidade, já que o sistema (precario) previdenciário irá garantir, na aposentadoria, apenas os gastos com alimentação e vestuário.

No início do século XX, a carência de habitações foi resolvida pelo próprio mercado no qual o setor privado construíam casas de aluguel para os trabalhadores. Para serem baratas e rentáveis, essas construções não eram necessariamente de boa qualidade e nem mesmo apresentavam condições adequadas de salubridade.

Entre as décadas de 1940 e 1960, o governo brasileiro deu um importante passo na aquisição de moradia pelos trabalhadores. Através de créditos imobiliários disponíveis pela Caixa Econômica e pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões, a população poderia adquirir financiamento para a compra da casa própria.

Após o golpe de estado, em 1964, o governo criou o Sistema Financeiro de Habitação e o Banco Nacional de Habitação para “estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda.” (Lei nº 4 380/64 de 21 de agosto de 1964)

Os governos militares difundiram a ideologia da casa própria como uma maneira de compensar a perda dos direitos políticos e salariais, e de acelerar a economia a partir do setor da construção civil. Era uma clara maneira de apaziguar as possíveis lutas sociais.

A partir da década de 1970, com a economia já reativada, o incentivo à construção civil passou a ser substituído pelo incentivo às indústrias de bens de consumo durável, e o SFH/BNH deixou de ter tantos recursos disponíveis e passou a concentrar seus investimentos na produção de habitações para as camadas sociais com maior poder aquisitivo.

Através do Decreto nº 2 291 de 21 de novembro de 1986, o presidente José Sarney decretou o final do Banco Nacional de Habitação.

Em 2009, diante de mais uma crise financeira, o governo federal lançou um novo programa habitacional dirigido à classe com rendas mais baixas: Programa Minha Casa Minha Vida.

A partir do novo modelo de Federalismo adotado a partir da Constituição de 1988, e que substituiu o federalismo centralizador e autárquico dos governos militares principalmente após a eleição de 1982, os governos estaduais passaram a incluir programas habitacionais estaduais como forma de suprir o déficit habitacional, uma vez que a política habitacional não faria parte determinante nas políticas públicas federais.

Veremos a seguir o caso da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) do Estado de São Paulo.

CDHU

Em 10 de Outubro de 1949, foi criada a Caixa Estadual de Casas para o Povo – CECAP (Lei n.º 483 regulamentada pelo decreto 43.107 de 28/02/64) que tinha como objetivo viabilizar um processo de produção de moradias para a população que começou a se concentrar nas cidades, vindas do campo em busca de trabalho.

Em 19 de janeiro de 1981, o Decreto 16.512 altera o nome da CECAP para CODESPAULO - Companhia de Desenvolvimento de São Paulo, sem alterar o perfil de atuação da Instituição.

Em 28 de março de 1984 o Decreto 22.061 altera a denominação da CODESPAULO para CDH - Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo.

Depois da criação da Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano e através do decreto 30.052/89, a CDH passa a se chamar CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo.

Entre os anos de 1986 e 2008, a CDHU construiu cerca de 440 mil habitações, em 617 municípios, atendendo quase 2 milhões de pessoas.²

Em cidades como São José dos Campos, a CDHU tem atuado continuamente desde o ano de 1995, e até 2010 já entregou 3.609 unidades habitacionais, atendendo cerca de 16.240 pessoas. Numa cidade cuja área urbana é de 1.099,8 km², e a população

² (fonte: <http://www.habitacao.sp.gov.br/saiba-como-funciona-a-cdhu/distribuicao-territorial-cdhu.asp> - acesso em 2 de julho de 2011)

aumentou 23 % em 14 anos (variou de 483.659 em 1996, a 629.921 em 2010), a CDHU atendeu quase 3 % da população total do município. Com uma densidade média de 572,77hab/km², cerca de 28% do território da cidade foi construído pela CDHU ou através da implantação dessas habitações.³

A construção de moradias, sejam elas de interesse social ou para faixas de renda mais abastadas, não envolve somente a construção física. A infra-estrutura necessária para habitar é complexa: saneamento básico, água, esgoto, vias de acesso, transporte coletivo, postos de atendimento de saúde, escolas, creches, pontos comerciais, etc.

Com a construção e implantação dessas moradias, o espaço urbano é alterado. E tanto nas grandes, como nas pequenas e médias cidades, os agentes que efetivamente produzem esse espaço estão intrinsecamente ligados à ideologia da classe dominante.

Produção Social do Espaço Urbano

Segundo Gottdiener (1993), a análise da produção do espaço envolveria a organização socioespacial como uma consequência das relações entre os processos políticos, econômicos e culturais. A ação da acumulação capitalista precisa de um elemento urbano para se estabelecer e esse elemento é a terra. A partir da atribuição de valor à terra, limita-se o acesso à ela e o espaço urbano passa a ser a reprodução do capital e da força de trabalho produzido pela movimentação da trindade marxista: terra – trabalho – capital.

O espaço urbano como produto e meio de apropriação, transformação e significação, é um processo contínuo pois a partir do momento que se torna objeto, pode ser modificado; resultando numa dialética constante. Esse espaço é produzido através da relação de um sistema de objetos e de ações. As redes de água e esgoto, energia elétrica e telefonia, edificações para moradias, produção de bens e serviços, de lazer são objetos implantados no território através das ações do poder público e da sociedade civil.

Esses atores se articulam entre si para gerar oportunidades para a acumulação capitalista, construindo e se apropriando de condições para isso. São esses sujeitos que produzem o espaço: “um espaço produzido “socialmente” - por ser articulado por varios atores - mas não para todos. Dessa maneira, os sujeitos que detém o maior poder de pressão sobre o poder público

(empreendedores imobiliários, grandes empresas, por ex.) acabam por determinar as características do espaço construído. A estrutura territorial está articulada à outras não territoriais: estrutura econômica, política e ideológica.

Villaça afirma que a “*estrutura territorial é socialmente produzida e ao mesmo tempo reage sobre o social*” .(Villaça 1998, pg 12) e a segregação espacial das camadas de alta renda constitui num forte elemento que determina a estruturação do espaço intra-urbano.

A competição desigual na busca da acumulação capitalista produz um desenho desigual do espaço urbano e determina um valor desigual aos espaços envolvidos; e acaba por gerar uma apropriação desigual.

Segregação Socioespacial

Segundo Sabatini e Sierralta (2006), a segregação residencial consiste em uma relação espacial de pessoas de um mesmo grupo social. Essa segregação geográfica apresenta três fatores principais que são: a tendência de concentração de certos grupos sociais em determinadas áreas das cidades; a heterogeneidade social de uma área e a percepção subjetiva da segregação.

No que diz respeito à tendência de concentração de certos grupos em determinadas áreas, isso quer dizer que, desde que foi atribuído à terra um valor de mercadoria, esta só pode ser adquirida por quem tem mais poder aquisitivo.

“*Na América Latina os atributos mais representativos na caracterização da segregação residencial são os de ordem sócio-econômica.*” (VILLAÇA, 1998). A vulnerabilidade sócioeconômica resultante do crescimento do desemprego e da adoção de formas precárias de relações sociais e de trabalho, aliadas à manutenção da ideologia protecionista das elites, faz com que a produção do espaço urbano tenha características segregadoras.

Segundo Villaça, “*o espaço urbano tem um valor próprio que não se confunde nem com o valor desses produtos e nem com a sua soma. É o valor da localização.*” (Villaça, 1997 pag 3). Um lote será tanto mais caro quanto for maior a infra estrutura que o cerca : sistema de água, esgoto e coleta de lixo, facilidade de acesso pelo transporte público e por avenidas e ruas.

A população de baixa renda, não tendo condições financeiras de adquirir um terreno nesses locais privilegiados, acaba por encontrar ofertas de lotes em loteamentos

³(fonte IBGE, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmu n=354990#>)

clandestinos, aonde a infra estrutura é precaria e muitas vezes inexistente.

Os diferentes grupos sociais disputam a ocupação da melhor localização para suas residências e trabalho. Em São Jose dos Campos (e na grande maioria das cidades brasileiras) isso se traduz em ocupar as regiões mais centrais, melhores providas de infra-estrutura e ter acesso a melhores serviços. Valendo-se da ideologia da casa propria, a elite, através das ações da administração publica, remove a população de baixa renda que habita precariamente esses locais, para dar a eles a oportunidade de adquirir uma casa própria, construída longe dos centros, em locais desprovidos de infra-estruturas adequadas (transporte publico, escolas, creches, pontos comerciais, postos de saude, etc.)

Analisando o mapa de São Jose dos Campos (Figuras 1 e 2), é possível visualizar a localização das residências das diversas camadas da sociedade, divididas por faixa de renda. A segregação residencial é indiscutível. Na Zona Leste do municipio é onde se

encontram a maior parte da população de baixa renda e também a maioria dos conjuntos habitacionais contruídos em parceria com a CDHU, desde 1997.

O maior destes conjuntos residenciais construídos é o Residencial Frei Galvão, na Zona Leste. Tem 416 unidades habitacionais, cada uma com 53 m², distribuídas em 10 quadras.



Figura 5 – Foto do conjunto Residencial Frei Galvão
Foto Hoskovisk -2010

Pode-se perceber a homogeneidade das áreas residenciais no que tange à tipologia da habitação bem como observar que essa produção se dá nos limites das áreas urbanizadas evocando expansão periférica.

A percepção subjetiva da segregação já é mais difícil de ser medida e quantificada.

Segundo Sabatini e Sierralta (2006), morar em bairros ilegais, onde o solo é ocupado de maneira irregular e informal, contribui para essa percepção; mas morar em uma habitação formal adquirida por meio de programas habitacionais governamentais, também pode levar à estigmatização dessa população.

Em São Jose dos Campos, a segregação e a periferação da população de baixa renda é evidente, assim como a falta de investimento em infra-estrutura e equipamentos nos chamados bairros populares.

Considerações Finais

Como apresentado, a segregação socio-espacial resultante das políticas habitacionais pautadas pela ideologia da casa propria, encontra em São Jose dos Campos, um bom exemplo dentro do Estado de São Paulo.

A ideologia como uma ferramenta social e politica, para a dominação e exploração da classe trabalhadora pela elite dominante, é transformada em politica habitacional através de programas Federais, Estaduais e Municipais, para promover o controle social e a ordem publica. Essa politica publica acaba por produzir um espaço urbano segregacionista e precario para aqueles que habitam fora da area central, melhor dotada de infra estrutura.

Com um déficit habitacional cada vez maior, e com uma população que migra constantemente em busca de trabalho,

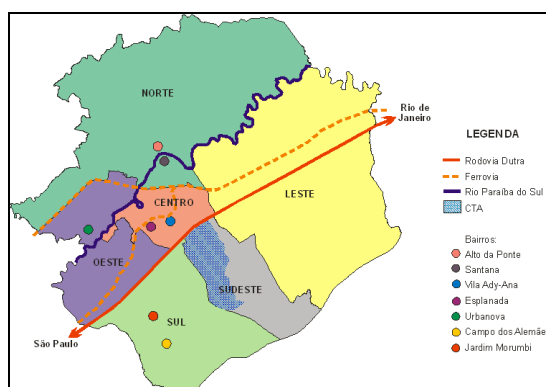


Figura 1 - Referenciais da área urbana de São José dos Campos.

Fonte: Adaptado de IBGE (2000a) e PMSJC (2003).

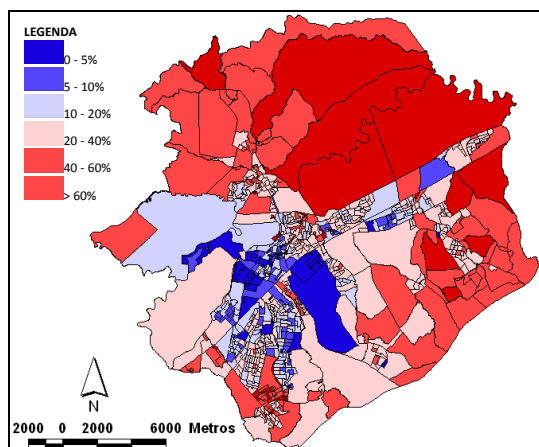


Figura 2- Mapa da porcentagem de chefes de família com rendimento de até 2 salários mínimos em São Jose dos Campos.

Fonte: IBGE (2000) defasado em função do censo 2010

principalmente entre cidades próximas, é quase improvável diminuir esse déficit sem pensar no desenvolvimento econômico e social da região.

A segregação espacial pode ser resultante das diferenças econômicas advindas do sistema econômico mas não deveria ser responsável pela segregação social e principalmente pela manipulação dos recursos em favor das elites. O espaço urbano segregacionista, resultante dessa desigual apropriação é, portanto, resultante da ideologia da classe dominante .

Referências

CHAUÍ, M. **O que é ideologia** . São Paulo, Brasiliense, 2008

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

Lei nº 4 380/64 de 21 de agosto de 1964.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VILLAÇA, F. **Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira** . VII Encontro Nacional da Anpur, Recife , 1997

SABATINI, F. e SIERRALTA, C. Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latinoamericana. In: CUNHA, J. M. P. (org) **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Nepo/Unicamp, Campinas, 2006. Disponível para download em: http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnerab_cap_6_169-195.pdf

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. Editora Global, São Paulo, 1986